

Formação em estudos de gênero nas universidades

ero é insuficiente

Sociologia

Enviado por: _elisandraangrewski@seed.pr.gov.br

Postado em:14/02/2014

Por Terra Desde instaurada a República no Brasil, em 1888, todos os presidentes eleitos foram homens. A exceção veio em 2010, na eleição de Dilma Roussef, primeira mulher a ocupar o cargo no País. Em 1951, estreava na televisão a primeira novela brasileira, mas, apenas em 2014, um beijo entre dois homens foi exibido no horário nobre da emissora de maior alcance do País. Abordar momentos históricos a partir do ponto de vista das mulheres e falar de temas atuais na sociedade, como o beijo gay, é uma forma de abordar, transversalmente, questões de gênero e sexualidade em sala de aula, em disciplinas já ensinadas aos alunos. Mas antes mesmo de pensar em como os estudantes estão familiarizados com o assunto, é preciso avaliar se a formação do professor está adequada para tratar temas relativos ao machismo e à homofobia em sala de aula. Para a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Grupo de Estudos de Educação e Relação de Gênero (GEERGE) Jane Felipe Souza, a formação de professores e pedagogos em relação a qualquer tema ligado à diversidade ainda é muito precária nas universidades. “O que existem são formações muito pontuais, cursos rápidos que não integram e não fazem parte de uma cultura de formação continuada em serviço, que seria o ideal. Ou seja, os professores e professoras, em suas respectivas escolas e municípios, deveriam ter discussões sobre questões de gênero e diversidade sexual. Infelizmente, isso ainda está muito longe de acontecer”, lamenta. A formação se mostra cada vez mais necessária, principalmente após a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7627/10 pela Comissão de Educação em 2013. De autoria da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), o PL propõe tornar obrigatória a inclusão da temática gênero e suas relações intra e interpessoais nos currículos escolares; ele está em caráter conclusivo e ainda deve ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com a deputada, o objetivo é incentivar o estudo e o diálogo sobre o tema gênero, promovendo uma mudança cultural em favor da igualdade entre os sexos, além de promover debates e reflexões sobre a violência contra as mulheres e entre gêneros. Para o relator substituto na comissão, deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a massificação do ensino transformou a escola em um lugar de diversidade, mas os estudantes ainda não aprendem a lidar com ela. A partir do estudo de gênero, o deputado acredita que é possível levar mudanças práticas para a vida de alunos e alunas, em questões de violência contra homossexuais, travestis, transexuais e mulheres e também quanto à saúde da mulher, como gravidez precoce. Segundo o deputado, o estudo de gênero também trata a vulnerabilidade do gênero feminino em uma sociedade de dominação masculina, onde meninas são colocadas em lugar subalterno. “Pode ajudar a menina a entender que a mulher tem um papel de vulnerabilidade, que inclui certos homens acharem que têm poder sobre ela. Afinal, como tratar a questão da sexualidade feminina sem tratar de gênero?”, questiona. Capacitar sem imposição A questão é complexa, pois embora faltem profissionais especializados e capacitados para lidar com questões de gênero em aula, especialistas não acreditam que uma eventual determinação do governo possa melhorar a formação. Para Jane, “a universidade é autônoma e não adianta obrigar a colocar a disciplina se os professores que vão ministrar não têm formação adequada”. Jean Wyllys

lembra que já tramita para aprovação no Senado o Plano Nacional de Educação, que prevê o ensino de educação inclusiva em todas as etapas de aprendizagem, mas cabe ao Ministério da Educação (MEC) dialogar com as universidades para incluir a temática nos currículos, principalmente de professores e pedagogos. “Já deveria ter sido feito há muito tempo; de forma natural, não com imposição, mas vontade coletiva de todos os sistemas de ensino, envolvendo instituições e governo”, diz o deputado. Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador da Coordenação da Diversidade Sexual da UnB José Zuchiwschi, tais medidas engessariam as universidades: “a questão da obrigatoriedade preocupa, não queremos que venha de cima para baixo; tudo isso é uma construção democrática”. Ele também defende a criação de disciplinas comuns a todos os cursos de graduação para tratar sobre o respeito à diversidade e conta que, na UnB, a faculdade de educação encampou um dos programas de formação de professores do MEC e já atende profissionais interessados em realizar um curso de extensão sobre o tema. Com 280 horas, o curso aborda três áreas específicas: diversidade étnico-racial, gênero da mulher e diversidade sexual. Segundo Zuchiwschi, o curso já está em sua terceira edição e atende de 300 a 360 professores por vez. Para ele, o principal é que o professor aprenda a trabalhar o tema com respeito e crie consciência: “há muita desinformação das pessoas no trato da questão, principalmente na nomenclatura, como falar homossexualismo em vez de homossexualidade; não é uma doença”. Na UFRGS, segundo Jane, a faculdade de pedagogia oferece uma disciplina obrigatória que discute questões de corpo, gênero e sexualidade e uma disciplina eletiva sobre educação sexual na escola, abordando, entre outros, a história dos movimentos de mulheres, gays, lésbicas e negros. A professora reforça, no entanto, que este tipo de formação inicial é importante, mas discussões de gênero e sexualidade também devem ocorrer quando o aluno da universidade se torna professor: “a escola precisa dar suporte e fazer, então, uma formação continuada”, explica. Esta notícia foi publicada no site <http://noticias.terra.com.br/> em 10 de Fevereiro de 2014. Todas as informações nela contidas são de responsabilidade do autor.